

Quando a ordem da interação é interrompida: um olhar comunicacional para a experiência do autismo

When the interaction order is interrupted: a communicational look to the autism experience

Francisco Gabriel Alves¹

1 Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista da Capes. É integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). E-mail: fcogabrielalves@gmail.com.

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a ordem social da interação e sua perspectiva comunicacional, tendo como horizonte de observação a experiência do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, contextualiza-se a dimensão subjetiva e social na formação do *self* dos indivíduos, a partir das contribuições de George Mead quanto à dialética entre as esferas do "Eu" e do "Me". Em seguida, volta-se à proposta conceitual de Erving Goffman para esclarecer como a ordem social das interações pode influenciar a atuação dos indivíduos na cena pública. Por fim, relaciona-se a abordagem goffmaniana com a perspectiva de pessoas autistas, sob o argumento de que esses indivíduos costumam ser lidos como transgressores do ordenamento social e, por isso, recebem penalidades que afetam a convivência em comunidade.

Palavras-chave

Interação comunicativa, ordem social da interação, autismo.

Abstract

The article presents a theoretical reflection on the social order of interaction and its communicational perspective, having as an observation horizon the experience of Autism Spectrum Disorder (ASD). To do so, the subjective and social dimension in the formation of the self of individuals is contextualized, based on the contributions of George Mead regarding the dialectic between the spheres of the "I" and the "Me". Then, it turns to Erving Goffman's conceptual proposal to clarify how the social order of interactions can influence the performance of individuals in the public scene. Finally, it relates the Goffmanian approach to the perspective of autistic people, based on the argument that these individuals are often seen as transgressors of the social order and, therefore, receive penalties that affect community living.

Keywords

Communicative interaction, social order of interaction, autism.

Pensar a comunicação sob o ponto de vista interacional requer admitir seu papel como um importante mecanismo que conecta os indivíduos em sociedade. Ao atravessar o cotidiano das pessoas, os processos comunicativos trazem sentido àquilo que queremos expressar, provocam reações mútuas e estimulam o pensamento reflexivo. De fato, conforme defende Braga (2011), a comunicação pode ser considerada um processo de troca entre diferentes indivíduos, isto é, uma conexão de significados partilhados em determinado contexto social. Trata-se de uma perspectiva que coloca a conversação em sociedade como a matriz conceitual dessa área, buscando pensar o campo da comunicação a partir da problematização dos dispositivos interacionais (sistemas de relações sociais que viabilizam as interações). Sob tal entendimento, a comunicação cumpre uma função operacional e reflexiva que orienta a manutenção da ordem social, uma vez que os indivíduos só poderão ser incluídos em comunidade se forem capazes de capturar os estímulos emergentes das interações e, ao mesmo tempo, ter consciência sobre os significados compartilhados coletivamente. É a comunicação, portanto, que aproxima os diferentes sujeitos, conduz os sentidos e viabiliza a criação de novos conhecimentos.

A corrente teórica que privilegia a troca de sentidos entre os indivíduos – mediante um processo comunicacional – é fruto do que ficou conhecido como Interacionismo Simbólico, uma abordagem microsociológica herdada da Escola de Chicago², na qual se destaca a construção dos símbolos orquestrados pelas interações sociais. Os estudiosos dessa área são influenciados pela percepção de que as trocas realizadas diariamente com outras pessoas acabam sendo transformadas em significados, aos quais chamamos de símbolos. Eles começam a integrar nossa vida a partir do momento em que conseguimos internalizar os nexos produzidos nas interações com o outro, capacidade fundamental para orientar o entendimento da mensagem, organizar as trocas e provocar as respostas socialmente aguardadas. Por essa razão costumamos relacionar os símbolos a uma espécie de convenção social, cuja compreensão é

2 Vertente ligada à sociologia norte-americana do final do século XIX, com a participação de estudiosos como William James, George Mead e Charles Peirce. Suas características mais evidentes podem ser consideradas a pesquisa empírica (notadamente, a etnografia), a análise de situações cotidianas dos sujeitos e a abordagem do fenômeno urbano (BRAGA; GASTALDO, 2009).

compartilhada coletivamente, mesmo que ocorram eventuais divergências entre os indivíduos sobre o teor do valor simbólico em questão.

Considerando essa visão interacionista, o processo de trocas entre os indivíduos acontece por meio de uma tríade comunicativa que envolve gestos, estímulos e respostas, cada qual com a sua devida contribuição para o completo ciclo da mensagem. A pesquisadora Vera França (2008) esclarece o tema de forma didática:

O gesto existe em função de sua vinculação com a atitude, ele é o meio, o mecanismo que permite o ajustamento entre as ações dos indivíduos. Estímulos são provocações para a ação de outro organismo; respostas são modificações de comportamento resultantes das provocações. É esta dinâmica mútua que institui a ação coletiva e permite a convivência social. (FRANÇA, 2008, p. 76)

Embora sejam lidos como base do processo social (MEAD, 2010), nem todos os gestos são dotados de significado. Isso porque os estímulos oferecidos durante uma interação podem não ser capazes de provocar no outro o entendimento desejado. Tomemos como exemplo os rituais que ocorrem durante uma celebração litúrgica da Igreja Católica. Quando o sacerdote eleva a hóstia e o vinho no momento da consagração³, tal gesto convida os participantes da missa a reconhecerem ali o próprio corpo e sangue de Jesus Cristo, colocando-se em uma posição de profunda adoração. Entretanto, o gesto só poderá acionar o significado esperado exclusivamente nos fiéis que já conheçam a finalidade da cerimônia. Aqueles sem familiaridade com os rituais católicos apenas verão o levantar das mãos de um padre, o que ilustra a ausência da dimensão significativa do gesto. É por essa razão que os interacionistas consideram como gestos significantes aqueles dotados de um sentido compartilhado entre os indivíduos. Estes evidenciam uma compreensão mútua do significado, atingem ao mesmo tempo tanto o sujeito que produz o estímulo quanto aquele que devolve uma resposta. Portanto, para a existência do processo comunicativo, é fundamental a consciência mútua do significado

3 Para os fiéis católicos, a consagração é o instante da missa em que a hóstia (pão ázimo) e o vinho são transformados no corpo e sangue de Jesus Cristo. O ritual relembra a passagem bíblica que narra a Última Ceia.

produzido, já que os sujeitos estão igualmente envolvidos e tocados durante a comunicação (FRANÇA, 2008).

A presença dos gestos significantes é o que diferencia as interações sociais e as comunicativas, pois, como vimos, nem tudo é capaz de gerar no outro um significado compartilhado. Se a comunicação acontece na ação conjunta dos indivíduos, ela demanda a reciprocidade de afetação para ser operacionalizada. É isso o que marca as interações comunicativas, ou seja, a capacidade de provocar símbolos por meio de gestos, de despertar no outro aquilo que também faz sentido para mim, o que, portanto, reverencia seu aspecto de afetação recíproca.

A partir dessa abordagem interacional para compreender a comunicação, nas próximas seções será discutido como os sujeitos internalizam determinadas convenções sociais capazes de garantir o que Goffman (1999) chamou de ordem social das interações, um amplo conceito sociológico que remete às relações desenvolvidas pelos indivíduos durante a interação com o outro. Para tanto, começo o ensaio trazendo as contribuições de George Mead (2010) na intenção de ilustrar o aspecto subjetivo que compõe a formação de nosso *self*. Em seguida, descrevo os argumentos de Goffman (1999) sobre o ordenamento das interações sociais. Por fim, volto-me à tentativa de confrontar a teoria goffmaniana com as características de pessoas que integram o Transtorno do Espectro Autista (TEA), as quais costumam ter dificuldades de comunicação e socialização. Meu argumento é o de que, por apresentarem características comportamentais consideradas diferentes, os indivíduos autistas podem ser associados à categoria de “transgressores” da ordem das interações, o que os leva a sofrer com sanções sociais convertidas em processos de exclusão e preconceito.

A formação do *self*: um diálogo interior entre o “Eu” e o “Me” do indivíduo

Ao problematizar a comunicação como um mecanismo que conecta os indivíduos em sociedade, precisamos nos aproximar das contribuições de George Mead (1863-1931) para compreender a dimensão reflexiva que envolve a formação de nosso *self*, afinal, a conversação em sociedade é atravessada pela capacidade

dos sujeitos internalizarem regras e valores morais socialmente aceitos, a partir do diálogo consigo mesmo e com o outro.

Considerado um autor pragmatista⁴, George Mead desenvolve uma abordagem psicológica, sociológica e política com o objetivo de entender os atores sociais sob uma perspectiva reflexiva. De origem americana, o teórico contraria a visão estruturalista de que a sociedade seria uma realidade exterior ao indivíduo, passando a considerar o contexto das trocas simbólicas realizadas em torno do ato social. Para Mead (2010), o pensamento se constrói por meio de uma ação reflexiva do sujeito, com a finalidade de orientar seu comportamento na vida social. Seu livro de maior sucesso, *Mind, self and society* (obra póstuma publicada pela primeira vez em 1934), destaca o argumento fundamental do autor: o *self* dos sujeitos se desenvolve a partir dos processos sociais. Embora sua formação original seja o campo da filosofia, Mead consegue trazer uma abordagem teórica que pode auxiliar os estudos comunicacionais, já que o autor se preocupa em olhar as diversas interações que os indivíduos estabelecem entre si, processo que só existe graças à presença da comunicação.

Durante o ato social, a comunicação sustentada pelos indivíduos é resultado de um processo reflexivo interior, pelo qual o conceito de *self* ganha evidência. A expressão pode ser entendida como a personalidade social apresentada pelo sujeito, tendo por base as interações com o outro e a capacidade de pensar acerca de sua própria identidade. Traduzido em português como "eu", muitos estudiosos rejeitam essa conotação por entenderem que a expressão *self* demanda um caráter reflexivo não comportado pela palavra "eu" (SPINK; FIGUEIREDO; BRASILINO, 2011). Neste ensaio, mantenho o termo inglês *self* por acreditar que ele ilustra de maneira mais assertiva a relação entre identidade e consciência de si.

O filósofo William James (1842-1910) forneceu a primeira sistematização do conceito de *self* para os estudos de psicologia, considerando a dialética entre o "Eu"

4 O pragmatismo é uma corrente teórica criada no fim do século XIX por um grupo de filósofos norte-americanos, com destaque para Charles Peirce (1839-1914), William James (1844-1910) e John Dewey (1859-1952). A visão pragmatista considera a ação prática do significado, a partir do entendimento de que não existiria pensamento desvinculado da ação. Sua máxima dá ênfase aos significados percebidos nos efeitos da ação e rejeita os dualismos, isto é, a separação entre mente e corpo. A corrente valoriza, portanto, a dimensão das experiências para trazer significado a qualquer informação, associando a prática (a ação do sujeito) como elemento fundante do pensamento (POGREBINSCHI, 2005).

e o "Me". De acordo com Souza e Gomes (2009), o "Eu" jamesiano representa o *self* como sujeito dotado de continuidade no tempo, distinção em relação aos outros e senso de vontade pessoal, atuando em sua própria originalidade. Já o "Me" confere o *self* enquanto objeto e está situado nos contextos material, social e espiritual, o que James chamou de *self* empírico. Segundo o autor, este se relaciona com o "Me" do sujeito e representa tudo aquilo usado pelo homem para sua autodefinição.

Foi a partir das contribuições propostas pela teoria jamesiana que George Mead se debruçou sobre os estudos relacionados à perspectiva interacionista do *self*, ampliando os esforços para a construção de uma teoria social voltada a essa questão. O autor reforça a ideia de que o ser humano seria produto do meio social, ou seja, a personalidade do sujeito resultaria das interações que ele faz com os outros, tendo por referência as normas estabelecidas pela comunidade na qual está inserido. Desse modo, a pessoa se torna um objeto para si mesmo, já que se cria enquanto pessoa por meio da experiência social, com ênfase no processo de integração constituído pela linguagem.

Mead (1972) retoma o entendimento de James sobre a dialética entre o "Eu" e o "Me" para a formação da personalidade social, comparando esses dois elementos como fases da consciência que integram o *self* de cada indivíduo. O "Eu" representaria os sentimentos e atitudes mais autênticos do sujeito, as características originais que formam a consciência interior da pessoa. Nesse caso, não há receio ou preocupação com o julgamento alheio, pois o "Eu" quebra a ordem do esperado para viver conforme seu ideal de autenticidade. Quando deparamos com um homem gay que luta pela valorização de relações homoafetivas ou quando uma mulher desafia o machismo estrutural ao usar roupas curtas, estamos diante de situações que evocam a noção de originalidade do "Eu", ou seja, a expressividade que não se intimida com a reação dos demais.

Já o "Me" é o lugar do *self* que se constitui como resultado do tecido social, internalizando valores simbólicos e morais construídos coletivamente, caso contrário, correria o risco de não ser aceito como membro da comunidade. Nesse sentido, o "Me" nasce para satisfazer a expectativa do "outro generalizado", que, nas palavras do autor, seria a "atitude de toda a comunidade" (MEAD, 1972, p. 140). Por exemplo, quando publicamos em mídias digitais depoimentos contrários a atos de corrupção,

poligamia ou à liberação do uso de drogas estamos acionando um “Me” que dialoga com o que é moralmente aceito pela sociedade, mesmo que o enunciado não seja, de fato, a nossa fiel opinião acerca do tema.

Assim, o *self* de Mead só existe a partir de um contexto social marcado pelas interações entre o indivíduo e seu grupo familiar ou profissional, por exemplo. É por isso que o autor argumenta o fato de que o sujeito só pode ser uma pessoa completa quando ele é capaz de adotar a atitude do “outro generalizado”. Essa conduta baseada na reação dos demais seria responsável por manter a ordem social, o pleno funcionamento das instituições e a atividade cooperativa entre as pessoas. Ao incorporar a atitude do grupo ao qual pertence, o sujeito passa a ter consciência de si, direcionando a conduta de seu comportamento segundo as referências exteriores.

Apesar de suas diferenças, o “Eu” e o “Me” caminham lado a lado na constituição do *self*. A justificativa de Mead (1972) recai na compreensão de que a personalidade humana seria formada simultaneamente pelas duas vertentes, uma vez que o “Eu” provoca o “Me” e, ao mesmo tempo, reage a ele. Como enfatiza o autor, a pessoa é essencialmente um processo social que se realiza com essas duas distinções do *self*, pois, “se não tivesse essas duas fases, não poderia existir a responsabilidade consciente, e não haveria nada de novo na experiência” (MEAD, 1972, p. 157). Além disso, embora consideradas dimensões distintas do *self*, os indivíduos não teriam a capacidade de se desvincular totalmente das características fundantes de seu verdadeiro “Eu” ou “Me”. Isso porque não seria possível viver em sociedade sendo totalmente original, pois desde o nascimento somos apresentados a regras coletivas que orientam nossa conduta social. Com isso, o comportamento do sujeito traz em si a influência das experiências perpassadas nos diferentes espaços sociais ao longo da vida, o que resulta no constante diálogo reflexivo entre a própria autenticidade (Eu) e a expectativa aguardada pelo parceiro de interação (Me).

A ordem social das interações: um guia para agir publicamente

Após apontar o percurso subjetivo e social que orienta as interações comunicativas, pretendo agora apresentar as contribuições do sociólogo canadense

Erving Goffman (1922-1982) em busca de possibilidades teóricas que nos ajudem a compreender de que maneira os indivíduos se planejam internamente para agir quando estão em processos de interação. Considerado o sociólogo mais influente do século XX, o autor foi um observador crítico da realidade e teve papel de destaque no Interacionismo Simbólico. Até hoje é muito estudado no campo da comunicação devido ao olhar aguçado para o entendimento das interações humanas, sob uma perspectiva situacional que se preocupa com o tempo presente e com as relações cotidianas. Segundo ele, o indivíduo se comporta de forma diferente quando está na presença de outras pessoas, a fim de se adaptar às expectativas que esperam dele. Por isso Goffman (2013) associa a vida social a uma espécie de palco de teatro, onde cada indivíduo/ator negocia a própria performance a partir de um conjunto de convenções sociais.

As regras que orientam e constroem a ação comunicativa dos indivíduos são resultantes do que o autor conceituou como "ordem social da interação"⁵ (GOFFMAN, 1999). Trata-se de um acordo coletivo não explícito, cuja finalidade é manter o funcionamento da vida social por meio da obediência a comportamentos, atitudes e respostas previamente aguardadas em um contexto de conversação. Por entender que a interação acontece no fluxo contínuo de mensagens entre os indivíduos, o autor coloca em destaque a dimensão cooperativa para o desenrolar dos processos comunicativos. Em síntese, Goffman acredita que a interação social depende de um não rompimento entre as pessoas, uma cooperação mútua em que as trocas simbólicas ocorrem de forma integrada e coerente, devido à existência de um tipo de ordenamento social. Desse modo, só pode haver harmonia quando as regras coletivamente compartilhadas não são quebradas durante o processo interacional.

A obediência à ordem social da interação requer o conhecimento prévio por parte dos indivíduos. Para planejar como se expressar ou comportar em determinado contexto social, antes é preciso ter clareza sobre o ritual em vigor

5 As reflexões sobre a ordem social da interação fazem parte do discurso de Goffman para a abertura do Congresso Anual da Associação Americana de Sociologia, em 1982, na condição de presidente da entidade. Por conta de problemas de saúde, o autor não chegou a proferir o enunciado publicamente, embora tenha revisado todo o seu conteúdo antes de falecer. O tema também foi objeto de análise no segundo capítulo da tese de doutorado de Goffman, em 1953.

no momento da interação. Isso porque o regramento ao qual estamos submetidos também se atualiza com as transformações da sociedade, incorpora novos valores morais e revê o significado de gestos construídos coletivamente. Por exemplo, vale lembrar o costume de homens burgueses do século XVII, que iniciavam uma interação social com o gesto de tirar o chapéu da cabeça ao cumprimentar as outras pessoas, prática substituída atualmente pelo simples aperto de mãos. Além disso, é preciso considerar as diferenças regionais no contexto de conversação, sobretudo em um país continental como o Brasil, já que elas também podem desarticular a ordem social da interação caso não sejam conhecidas.

Nesse sentido, recordemos a tradição do povo nordestino de cumprimentar o outro com três breves beijos no rosto, enquanto, nas demais regiões do país, o número de ósculos é menor. O indivíduo que não tem conhecimento do ritual pode se sentir incomodado ou agredido com a demonstração súbita de carinho, fato com potencial para interromper o processo comunicativo e quebrar a ordem do esperado. Para Goffman (1999), passa a existir certa desordem social quando os sujeitos não conhecem essas regras ou quando as desobedecem. Nesses casos, ficamos sem o controle da interação e nos sentimos perdidos, como se estivéssemos em uma situação fora da realidade.

Outro ponto abordado pelo autor se refere ao entendimento de que a interação social envolve uma relação cognitiva entre os sujeitos. Quando estamos em contato com o outro, desenvolvemos estratégias de forma antecipada para alcançar os objetivos da interação, isto é, para tocar o parceiro e despertar nele a resposta que esperamos⁶. Todo esse processo passa pela regulação da ordem social que orienta as interações. O fato é que podemos ajustar o vocabulário, evitar gestos corporais ou revelar informações obscuras de acordo com o pré-julgamento que fazemos sobre a pessoa com quem dialogamos. Se o objetivo da interação consiste em se

6 Sob tal aspecto, vale destacar a noção de *role-taking* desenvolvida por George Mead em 1913, com a publicação do artigo "The social self" (MENDONÇA, 2013). O termo se refere à premissa de que a interação humana depende da participação do outro com quem o indivíduo estabelece uma troca. Assim, o *role-taking* aciona a ideia de que é necessário ler/compreender o outro para planejar nossa própria ação, uma espécie de antecipação das respostas e dos gestos significantes que são aguardados na interação.

fazer entender, então será necessário acionar um repertório de estímulos capazes de alcançar a compreensão do outro. O arcabouço teórico de um professor de Química pode não fazer sentido para uma plateia de jovens universitários da área de Ciências Sociais. Em uma possível troca com esse perfil de público, o docente deverá pensar em estratégias de interação – incluindo vocabulário acessível, recursos visuais e gestos corporais – caso tenha o objetivo de estabelecer uma conexão de significados.

No olhar apurado para as interações humanas, Goffman (1999) também nomeia diversos elementos e atores sociais que integram o processo de trocas simbólicas. O sociólogo classifica os atos que interrompem a ordem da interação como “inconveniências”, “lapsos” ou “mentiras”. Já as pessoas que eventualmente quebram esse regramento são denominadas de “transgressores/desviantes”, enquanto aqueles que desobedecem às normas de forma contínua podem ser conhecidos como “defeituosos”. Ambos ocupam categorias de inferioridade na cena pública e estão sujeitos à imposição de sanções sociais que buscam corrigir/evitar o rompimento da ordem das interações.

Segundo o autor, essas penalidades retiram ou endossam a aprovação social, ou seja, “apoiam ou sustentam a definição de regras sociais que são simultaneamente prescritas ou proscritas, encorajando certas atividades e proibindo outras” (GOFFMAN, 1999, p. 101). Um exemplo clássico de sanções destinadas a esses infratores é a não participação em atividades coletivas. Por ameaçarem a expectativa social (a ordem do esperado), os “transgressores/desviantes” passam a não receber eventuais convites para comemorações de aniversário, reuniões em família ou *happy hour* com os amigos de trabalho, sendo direcionados a um patamar de isolamento social.

A ruptura da ordem social da interação exige uma resposta rápida dos envolvidos para a reorganização do processo comunicativo. É preciso restaurar o entendimento mútuo e as normas que sustentam o processo social, caso contrário, a infração pode provocar uma ruptura sistêmica que compromete a continuidade da interação. Mas é importante lembrar que os indivíduos podem reagir de diferentes maneiras quando deparam com situações de desordem.

Como menciona Goffman (1999), há aqueles que se sentem ofendidos e preferem a distância do parceiro de interação. Por outro lado, a maioria das pessoas

responde com tolerância aos eventuais delitos contra a ordem social da interação, contribuindo para a sustentação do diálogo. Na verdade, aceitar o deslize do outro como forma de preservar a interação comunicativa é o que o autor denomina de manutenção indulgente de um compromisso de trabalho. Muito presente em sociedades desiguais, o conceito corresponde à ideia de acatar uma situação interativa, mesmo que o indivíduo não concorde com o teor da mensagem, realidade que costuma acontecer especialmente quando existem relações de poder entre os atores sociais envolvidos na interação. A manutenção indulgente do compromisso de trabalho está mais associada a pessoas que ocupam posições de inferioridade, a exemplo de trabalhadores assalariados que preferem ignorar o assédio verbal de seus patrões para cultivar uma relação cordial durante os processos de interação.

Na abordagem goffmaniana, a existência de uma ordem da interação é motivada pela ideia de que vivemos sob o aparato de um contrato social (caráter global de normas com capacidade para organizar a vida social e trazer benefícios a todos os indivíduos) e pelo consenso social (acordo coletivo e inconsciente sobre as normas de interação, a partir da noção de que tais regras são apropriadas ao convívio social). As duas motivações apresentam uma dimensão de cooperação mútua, ou seja, o indivíduo que se submete a essas normas espera o mesmo dos demais parceiros de interação. Além disso, o autor alerta para duas regras básicas desse ordenamento: a igualdade de tratamento e o tratamento de cortesia. Na condição de ator social, todos os sujeitos devem receber o mesmo tipo de reação/resposta por parte das demais pessoas presentes na interação.

Entretanto, nem sempre abordamos os indivíduos com o mesmo tipo de atenção, já que costumamos fazer suposições não verbalizadas durante a interação social, isto é, um pré-julgamento baseado apenas na aparência do outro. É o que ocorre quando um vendedor trata com gentileza as pessoas bem-vestidas que acessam o seu estabelecimento comercial, enquanto menospreza os sujeitos que aparentam não ter condições financeiras para efetuar uma compra. Tal comportamento está baseado apenas em suposições sobre a imagem do público que frequenta a loja, fenômeno que exemplifica o tipo de infração contrária aos princípios de igualdade no ordenamento social da interação.

Além disso, Goffman (1999) chama atenção para a existência de marcadores sociais que atravessam a dimensão da aparência no processo interacional. Características como idade, gênero, classe e raça estão facilmente visíveis ao parceiro de interação e revelam informações sobre o lugar que cada um ocupa na sociedade. Se os sujeitos interagirem com base apenas na leitura desses atributos aparentes, a tendência é o estabelecimento de conexões superficiais e preconceituosas, o que pode reforçar a circulação de estigmas⁷ na sociedade.

Finalmente, é preciso levar em consideração o papel das relações sociais como estrutura fundante das interações comunicativas entre os indivíduos, uma vez que as trocas simbólicas realizadas uns com os outros são atravessadas pelo tipo de conexão existente em cada relação. Tal argumento pode ser observado ao recordar o fato de que nos comportamentos de maneira diferente nas situações em que temos intimidade com o parceiro de interação. Quanto mais informação sobre o sujeito com quem se comunica, maior será a nossa capacidade para prever as reações aos estímulos, ou até mesmo para dispensar determinadas regras emergentes do ordenamento interacional, as quais poderiam ser imperativas em uma situação de primeira abordagem.

Ademais, Goffman (1999) nos lembra da necessidade para obedecer às convenções que ajudam a manter harmoniosas as relações sociais. Por exemplo, ao reencontrar um colega de faculdade depois de alguns anos sem contato, as regras da interação exigem que os indivíduos recordem de informações triviais um do outro, como o nome e o contexto no qual a amizade foi iniciada. Se algum deles não recordar essas obrigações, será estabelecida uma espécie de constrangimento na cena em curso, com o risco de provocar a ruptura do processo interacional. Como acrescenta Goffman (1999, p. 226), “nos contatos ditos ‘obrigatórios’, podemos ver que o próprio encontro releva inteiramente da ordem da interação e que ela constitui a moeda de troca essencial de todas as relações”. É com base em todo esse eixo teórico que passarei a olhar para a realidade das pessoas

7 O estigma, segundo GOFFMAN (1988, p. 5), seria “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”. De acordo com o autor, é a sociedade que estabelece os meios de categorizar as pessoas e que define quais são as características aceitas conforme as expectativas normativas. Os sujeitos estigmatizados são frequentemente classificados como incompetentes, levam a culpa por seus sofrimentos e vivem sob a marginalização social.

autistas na próxima seção, buscando conectar a proposta goffmaniana com a experiência social e comunicacional do transtorno.

Rompendo a ordem do esperado: o processo interacional no contexto de pessoas autistas

O desafio desta seção será acionar as contribuições da teoria goffmaniana para observar a realidade de pessoas autistas. O argumento fundante é o de que tais indivíduos estão propensos ao rompimento da ordem das interações e, por isso, recebem sanções sociais que os colocam em posições de inferioridade. O TEA é uma condição atípica do neurodesenvolvimento, cuja existência provoca a expressividade de padrões de comportamento e de comunicação que afetam a socialização dos indivíduos (GAYATO, 2018). De acordo com a quinta edição do Manual de Diagnóstico e Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2014), devemos entender como traços do autismo os déficits persistentes na comunicação e na interação social, além da existência de padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamentos. Desde 2012, o autista brasileiro é considerado uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, incluindo o direito à educação escolar regular, prioridade de atendimento e assistência médica diferenciada. Atualmente, estima-se que 70 milhões de pessoas façam parte do espectro autista – cerca de 1% da população mundial (GAYATO, 2018; GRANDIN, 2019). No Brasil, esse cenário aponta, em números absolutos, para aproximadamente 2 milhões de autistas⁸.

Os indivíduos autistas podem apresentar características comuns, mas isso não quer dizer que todos expressem as mesmas condições, afinal, o transtorno reúne uma ampla diversidade de traços que podem variar de um sujeito para outro. Alguns podem ter deficiências na comunicação verbal e não verbal, a exemplo da dificuldade para entender gestos corporais e ironias na fala do parceiro de interação (GAYATO, 2018; LACERDA, 2017). Assim, muitos autistas relatam problemas para compreender situações cotidianas da vida social, como piadas contadas por amigos, metáforas usadas na escola

8 Não há dados oficiais sobre a quantidade de autistas no Brasil, mas, pela primeira vez, o tema será incluído no próximo Censo brasileiro, conforme prevê a Lei Federal nº 13.861/2019.

e campanhas publicitárias com apelo fictício. Tal dificuldade decorre do fato de que os autistas frequentemente processam as informações sempre ao “pé da letra”.

Além dos problemas de comunicação e interação social, os autistas podem apresentar alterações no comportamento. Alguns têm padrão repetitivo e estereotipado de movimentos, como girar sobre o próprio eixo e andar na ponta dos pés. Outros têm interesse no alinhamento de objetos, expressam a ecolalia (repetição da fala de outra pessoa) ou apresentam distúrbios no processamento sensorial, como intolerância a determinados sons, sabores ou tecidos de roupas. Há também a vivência de rotinas inflexíveis e comportamentos ritualizados (fazer sempre o mesmo trajeto, ingerir sempre a mesma comida e dificuldade em lidar com pequenas mudanças), bem como a presença da forte restrição nos interesses, ou seja, preferir transitar apenas sobre o mesmo assunto (GAYATO, 2018; SOUZA; NUNES, 2019).

Esse amplo espectro de características cognitivas e comportamentais colabora para que os autistas respondam de modo diferente aos estímulos evocados em um contexto de interação, destoando do padrão normativo que a sociedade está acostumada. Por isso, os indivíduos autistas podem ser associados à categoria de “transgressores” da ordem social da interação, mais especificamente ao patamar do que Goffman chamou de “defeituosos”⁹, já que as infrações contra o ordenamento social costumam acontecer de forma contínua devido às particularidades do transtorno. Como apresentei na seção anterior, Goffman (1999) alerta para a necessidade de o indivíduo ter clareza sobre o ritual que acontece no momento da interação, pois, sem o conhecimento prévio da situação, o sujeito poderá se sentir deslocado e sem capacidade para responder aos estímulos provocados pelo parceiro de trocas. Além disso, o autor reflete a atuação cognitiva dos sujeitos no processo comunicacional, já que a todo instante precisamos acionar estratégias intuitivas no propósito de estabelecer uma cooperação mútua durante a interação. Entretanto, as pessoas autistas apresentam características cognitivas que podem atrapalhar o processamento

9 O termo “defeituosos” apresenta sentido extremamente capacitista (preconceito contra pessoas com deficiência). Ao mantê-lo no texto, não pretendo dar visibilidade a essas formas de opressão, pelo contrário, o objetivo é reproduzir a palavra original adotada pelo autor e possibilitar uma reflexão crítica sobre a circulação de símbolos que podem classificar as pessoas de forma pejorativa.

dessas informações emitidas na interação comunicativa (tanto verbais como não verbais), o que colabora para o rompimento da ordem do esperado.

Como exemplo, é possível relacionar o tema com a Teoria da Mente ou Mentalização, que analisa o processo padrão de desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos. Adotada por cientistas que estudam o espectro autista, a teoria considera a capacidade humana de compreender as percepções e pensamentos das outras pessoas, mesmo que tais impressões sejam diferentes dos sentimentos individuais. Ocorre que, ao longo da vida, o ser humano aprende a reconhecer o que o outro está pensando com base nos sinais corporais, visuais ou verbais que o parceiro de interação transmite. Assim, “quando nos encontramos com alguém em uma praça e ele nos trata com frieza ou carinho malicioso ou terno, em geral, conseguimos identificar essas reações” (LACERDA, 2017, p. 43). Contudo, quanto maiores forem os prejuízos cognitivos do sujeito, mais difícil será a capacidade para conhecer as ações intencionais das outras pessoas, o que interfere no processo de socialização. Sem a habilidade desse processador mental, o ser humano terá grande dificuldade para demonstrar sentimentos, modelar comportamentos ou reconhecer emoções, fatores fundamentais para a experiência social de qualquer pessoa. O fato de pessoas autistas apresentarem dificuldades para processar informações que vão além do contexto literal seria decorrente de eventuais prejuízos no funcionamento dessa estrutura cognitiva (GOZZI, 2017).

Além da dificuldade de reconhecer a intenção do outro, os autistas podem provocar a ruptura da ordem social da interação em situações que dão ênfase à dimensão da aparência. Por não apresentarem características corporais usualmente associadas a pessoas com deficiência, os autistas costumam ser questionados quando estão em filas preferenciais, em assentos reservados no transporte público ou no acesso a direitos assistenciais (ALVES, 2021). Como não trazem marcas visuais da deficiência que possam ser lidas de imediato pelo parceiro de interação, os autistas estão sujeitos ao pré-julgamento por parte do outro, o que contribui para o estabelecimento de trocas simbólicas estimuladas pelo questionamento de direitos legítimos. Trata-se, portanto, de uma prática contrária ao que propõe o ordenamento social do processo interativo, no qual devem imperar os princípios de igualdade de tratamento e tratamento de cortesia entre os indivíduos.

O rompimento da ordem social das interações acarreta a experiência de sanções sociais destinadas à comunidade autista. Uma simples busca em portais da internet revela diversas notícias de situações preconceituosas contra pessoas autistas, pela existência de padrões atípicos de comunicação e de comportamento. Em novembro de 2021, por exemplo, um desses casos ganhou projeção nacional quando uma mãe admitiu ter convidado todos os colegas de classe da filha para a festa de aniversário da menina, exceto uma criança autista da turma. A justificativa foi a de que a colega autista apresentava comportamento hiperativo, falava com dificuldade e não era treinada para usar o banheiro, o que demandaria uma atenção especial e ofuscaria o protagonismo da filha aniversariante¹⁰.

As sanções sociais originárias desse rompimento interacional estão cercadas de estigmatizações, desrespeito e intolerância, fatores que dificultam a vida dos autistas nas esferas familiar, acadêmica, amorosa e profissional (ALVES, 2021; MACHADO; ANSARA, 2014; PARSLOE, 2015). Considerados muitas vezes como loucos ou incapazes, os autistas experimentam as dores de processos sociais excludentes, convivendo com estereótipos que afetam sua autoestima e ameaçam o acesso a direitos fundamentais, a exemplo das lutas pela inclusão escolar e da ausência de oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com Sales (2019), os autistas, frequentemente, precisam acionar máscaras sociais para conviver em comunidade, tentando se encaixar em padrões de comportamentos que não fazem parte de sua essência. É o mesmo que Goffman (2013) chamou de fachada social, ou seja, o equipamento expressivo padronizado e mobilizado pelo ator antes e ao longo da interação. Acionamos a fachada social quando precisamos nos adaptar aos padrões normativos em vigor, buscando a aprovação do outro sobre nossa própria representação. O relato de Sales (2019) nos ajuda a entender a atuação dos autistas como parte de um processo interacional simulado e adaptativo:

A gente finge ser alguém que não é para suportar algo ou se encaixar em algum lugar e quando estamos em casa, principalmente, baixamos a guarda e a

10 (MÃE..., 2021).

máscara cai. Toda aquela raiva que estávamos sentindo ou guardando é liberada num momento de cansaço físico e/ou mental extremo. (SALES, 2019, p. 54)

Com base nas conexões entre a teoria interacionista e a experiência do autismo, a reflexão recai principalmente sobre a importância do estabelecimento de interações comunicativas para a construção de relações sociais harmoniosas. É a partir dessas trocas simbólicas que os indivíduos desenvolvem uma espécie de contrato coletivo, padronizando o tipo de comportamento e de estímulo-resposta aguardado em situações sociais. Entretanto, quando ocorre o rompimento do esperado por conta de características intrínsecas ao transtorno, os indivíduos autistas costumam receber penalidades sociais que aprisionam a possibilidade de comunicação com o outro, graças à existência de um ordenamento coletivo que castiga os divergentes por meio do isolamento e da estigmatização.

Considerações finais

A intenção deste texto foi propor uma breve reflexão teórica sobre a ordem social da interação, a partir de possíveis conexões que permitissem o diálogo com a perspectiva dos estudos comunicacionais. Apesar de originalmente não terem atuado no campo da comunicação, autores clássicos como George Mead (1972) e Erving Goffman (1999) conseguem trazer importantes reflexões aos estudos da área, colocando o processo interacional na vanguarda de formação das sociedades. Suas contribuições também são fundamentais quando admitimos a influência da linguagem no processo de conexão dos indivíduos em comunidade, graças à circulação de gestos dotados de significado. Portanto, olhar a comunicação por essa perspectiva é o mesmo que expandir a matriz conceitual da área para a compreensão dos fenômenos sociais sustentados pelo ato comunicativo.

Como objeto de análise, busquei relacionar esse amplo legado de contribuições teóricas com a realidade de pessoas autistas, cuja experiência social costuma ser atravessada por questionamentos sobre a forma correta de se comunicar ou comportar publicamente. Em síntese, a questão do autismo parece revelar um campo promissor aos pesquisadores interessados na análise das perspectivas e controvérsias de um

sistema de interação orientado para acolher as pessoas que obedecem aos padrões normativos e desprezar aqueles que rompem a ordem do esperado.

Referências

ALVES, F. G. *Ser diferente é normal: a expressividade do self de pessoas autistas em mídias digitais da internet e suas lutas por reconhecimento*. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011.

BRAGA, A; GASTALDO, E. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n 39, p. 78-84, 2009.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. *DSM-5: manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FRANÇA, V. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G.H. MEAD. In: PRIMO, Alex et al. (org.). *Comunicação e interações*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-91.

GAYATO, M. *S.O.S Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista*. São Paulo: nVersos, 2018.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. A ordem da interação. In: GOFFMAN, E. *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1999.

GOZZI, J. *A pessoa autista e o movimento da neurodiversidade: considerações sob o ponto de vista da complexidade e da ética da alteridade*. 2017. 160f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GRANDIN, T. *O cérebro autista: pensando através do espectro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LACERDA, L. *Transtorno do Espectro Autista: uma brevíssima introdução*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

MÃE não convida criança autista para festa de aniversário da filha: “Queria curtir sem ser inclusiva”. *Uol*, São Paulo, 17 nov. 2021. Pais & Filhos. Disponível em: <https://bit.ly/3VonkaL>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MACHADO, M; ANSARA, S. De figurantes a atores: o coletivo na luta das famílias dos autistas. *Psicología Política*, Logronho, v. 14, n 31, p. 517-533, 2014.

MEAD, G. *Espíritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MEAD, G. *Mente, self e sociedade*. Trad. Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

MENDONÇA, R. F. Teorias críticas e pragmatismo: a contribuição de G. H. Mead para as renovações da Escola de Frankfurt. *Lua Nova*, São Paulo, n. 90, p. 367-403, 2013.

PARSLOE, S. Discourses of disability, narratives of community: reclaiming an autistic identity online. *Journal of Applied Communication Research*, Washington (DC), v. 43, n. 3, p. 336-356, 2015.

POGREBINSCHI, T. A matriz filosófica do pragmatismo. *In*: POGREBINSCHI, T. *Pragmatismo. Teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005. p. 23-72.

SALES, D. *Guia prático para autistas adultos: como não surtar em situações do cotidiano*. Campinas: D7 Editora, 2019.

SOUZA, M; GOMES, W. Temporalidade e espacialidade na estrutura do self nas abordagens semiótica e dialógica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 2, p. 365-373, 2009.

SOUZA, R. F.; NUNES, D. R. Transtornos do processamento sensorial no autismo: algumas considerações. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, p. 1-17, 2019.

SPINK, M. J.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (org.). *Psicologia social e personalidade*. Rio de Janeiro: Abraspo, 2011.

submetido em: 01 agosto 2022 | aprovado em: 07 outubro 2022